

ENERGIA ELÉTRICA

# Leilão é bem-sucedido e deve contribuir para tarifas menores

Analistas do setor elétrico, porém, avaliam que o preço pago pela energia no leilão é caro e que a solução deveria ter vindo antes, evitando bilhões em custos

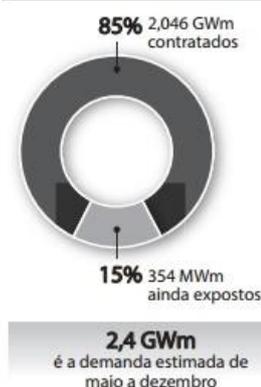
SÃO PAULO

Após meses de más notícias vindas do setor elétrico brasileiro, o leilão de energia emergencial, realizado na última quarta-feira (30), surpreendeu ao trazer um resultado positivo para os consumidores. Foram contratados 2,046 mil megawatts médios (MWm) no certame, ou 85% da demanda estimada pelo setor até o fim deste ano. O preço médio da energia transacionada foi de R\$ 268,33 por megawatt-hora (MWh), bem abaixo dos R\$ 822 do mercado de curto prazo, e deve contribuir para contas de luz mais baratas nos próximos anos. A energia vendida foi entregue a partir de 1º de maio e os contratos duram cinco anos e oito meses.

O leilão de energia existente, proveniente de usinas já em operação, teve por objetivo reduzir a exposição involuntária das distribuidoras elétricas ao mercado de curto prazo. Essa exposição, estimada no início do ano em 3,2 mil MWm, ocorreu após geradoras como Cesp, Cemig e Copel não aceitaram renovar suas concessões, com perda de receitas, como parte do esforço de redução das tarifas pela Lei 12.783/2013. As distribuidoras ti-

## Resultado surpreendente

Demanda de energia das distribuidoras atendida pelo leilão A-0



Fonte: CCEE e Abradee

veram então que recorrer ao mercado *spot* para atender à demanda de seus consumidores, onde os preços estão desde fevereiro no teto regulatório de R\$ 822 por MWh, devido ao despacho térmico recorde, fruto da estiagem.

Apesar da estimativa inicial de uma exposição involuntária de 3,2 mil MWm no ano, a Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee) revisou essa expectativa de demanda para 2,4 mil MWm de maio a dezembro. Segundo a assessoria da entidade, a mudança ocorre devido à sazonalização (as liquidações no curto prazo são maiores no início do ano) e à previsão de entrada de novas capacidades ao longo de 2014. Diante da nova previsão de demanda e do resultado do leilão, restam desconhecidos 354 MWm até o fim do ano.

“Este é um resultado a ser co-

memorado pelos consumidores”, declarou o secretário-executivo do Ministério de Minas e Energia, Márcio Zimmermann. Isso porque, segundo o representante do governo, com a redução da exposição involuntária, fica diminuída a necessidade de recursos para mitigar a situação de desequilíbrio de caixa das distribuidoras.

O presidente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), Maurício Tolmasquim, destacou também que a adesão dos geradores foi acima do esperado. Conforme previsto por analistas, as estatais Eletrobras e Petrobras foram responsáveis pela maior parte da oferta: 1,385 mil MWm. Mas além delas, sete grupos privados venderam montantes: BTG Pactual, EDP, Itiquira, Quanta Geração, Tractebel, Votener e São Borja.

Segundo o diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Romeu Rufino, ainda não é possível saber se, com a exposição remanescente de 354 MWm, serão necessários novos aportes no setor, para além dos R\$ 11,2 bilhões já previstos em empréstimos bancários, para cobrir a exposição de fevereiro a abril. “Se continuar a haver desequilíbrio no caixa das distribuidoras, vamos buscar solução”, afirmou.

Quanto ao impacto nas tarifas, Rufino explicou que será benéfico nos próximos anos, embora possa resultar em repasses maiores este ano para as distribuidoras ainda não reajustadas. Isso porque, nas distribuidoras reajustadas até abril, foi considerada a média dos custos dos contratos de energia, de cerca de R\$ 160, e a

diferença em relação ao preço no curto prazo (R\$ 822) foi direcionada ao financiamento bancário, que só chega às tarifas em 2015 e 2016. Já a partir de maio, os reajustes serão feitos com base no preço do leilão, de R\$ 268. Nos próximos anos, porém, não haverá o impacto de uma energia comprada a R\$ 822, reduzindo os custos das empresas e as tarifas.

Apesar de elogiarem o sucesso do leilão e o benefício aos consumidores, analistas do setor elétrico fazem ressalvas. “Não há mais energia barata no Brasil. O preço de R\$ 268 é um preço caro. Houve a troca de um impacto maior imediato, por um parcelamento em cinco anos e oito meses”, diz o especialista em energia do escritório de advocacia L.O. Baptista-SVMFA, Guilherme Schmidt.

O presidente do Instituto Acende Brasil, Claudio Salles, afirma que fica do leilão uma lição. “Esse leilão foi uma demonstração clara de que, se feito direito, com um preço teto que não seja barreira para a entrada de participantes, há oferta”, considera o analista. “O governo não fez leilão em 2012 [quando ocorreu a exposição involuntária] e em 2013 fez dois, com preços teto muito baixos, que não atraíram oferta suficiente. O fato do governo não ter feito leilões atrativos antes custou ao consumidor brasileiro dezenas de bilhões de reais”, critica.

THAIS CARRANÇA

Publicamos 4.330 reportagens sobre

ENERGIA ELÉTRICA

www.dci.com.br

## SÃO PAULO

Após meses de más notícias vindas do setor elétrico brasileiro, o leilão de energia emergencial, realizado na última quarta-feira (30), surpreendeu ao trazer um resultado positivo para os consumidores. Foram contratados 2,046 mil megawatts médios (MWm) no certame, ou 85% da demanda estimada pelo setor até o fim deste ano. O preço médio da energia transacionada foi de R\$ 268,33 por megawatt-hora (MWh), bem abaixo dos R\$ 822 do mercado de curto prazo, e deve contribuir para contas de luz mais baratas nos próximos anos. A energia vendida foi entregue a partir de 1º de maio e os contratos duram cinco anos e oito meses.

O leilão de energia existente, proveniente de usinas já em operação, teve por objetivo reduzir a exposição involuntária das distribuidoras elétricas ao mercado de curto prazo. Essa exposição, estimada no início do ano em 3,2 mil MWm, ocorreu após geradoras como Cesp, Cemig e Copel não aceitaram renovar suas concessões, com perda de receitas, como parte do esforço de redução das tarifas pela Lei 12.783/2013. As distribuidoras tiveram então que recorrer ao mercado spot para atender à demanda de seus consumidores, onde os preços estão desde fevereiro no teto regulatório de R\$ 822 por MWh, devido ao despacho térmico recorde, fruto da estiagem.

Apesar da estimativa inicial de uma exposição involuntária de 3,2 mil MWm no ano, a Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee) revisou essa expectativa de demanda para 2,4 mil MWm de maio a dezembro. Segundo a assessoria da entidade, a mudança ocorre devido à sazonalização (as liquidações no curto prazo são maiores no início do ano) e à previsão de entrada de novas capacidades ao longo de 2014. Diante da nova previsão de demanda e do resultado do leilão, restam descontratados 354 MWm até o fim do ano.

"Este é um resultado a ser comemorado pelos consumidores", declarou o secretário-executivo do Ministério de Minas e Energia, Márcio Zimmermann. Isso porque, segundo o representante do governo, com a redução da exposição involuntária, fica diminuída a necessidade de recursos para mitigar a situação de desequilíbrio de caixa das distribuidoras.

O presidente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), Mauricio Tolmasquim, destacou também que a adesão dos geradores foi acima do esperado. Conforme previsto por analistas, as estatais Eletrobras e Petrobras foram responsáveis pela maior parte da oferta: 1,385 mil MWm. Mas além delas, sete grupos privados venderam montantes: BTG Pactual, EDP, Itiquira, Quanta Geração, Tractebel, Votener e São Borja.

Segundo o diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Romeu Rufino, ainda não é possível saber se, com a exposição remanescente de 354 MWm, serão necessários novos aportes no setor, para além dos R\$ 11,2 bilhões já previstos em empréstimos bancários, para cobrir a exposição de fevereiro a abril. "Se continuar a haver desequilíbrio no caixa das distribuidoras, vamos buscar solução", afirmou.

Quanto ao impacto nas tarifas, Rufino explicou que será benéfico nos próximos anos, embora possa resultar em repasses maiores este ano para as distribuidoras ainda não reajustadas. Isso porque, nas distribuidoras reajustadas até abril, foi considerada a média dos custos dos contratos de energia, de cerca de R\$ 160, e a diferença em relação ao preço no curto prazo (R\$ 822) foi direcionada ao financiamento bancário, que só chega às tarifas em 2015 e 2016. Já a partir de maio, os reajustes serão feitos com base no preço do leilão, de R\$ 268. Nos

próximos anos, porém, não haverá o impacto de uma energia comprada a R\$ 822, reduzindo os custos das empresas e as tarifas.

Apesar de elogiarem o sucesso do leilão e o benefício aos consumidores, analistas do setor elétrico fazem ressalvas. "Não há mais energia barata no Brasil. O preço de R\$ 268 é um preço caro. Houve a troca de um impacto maior imediato, por um parcelamento em cinco anos e oito meses", diz o especialista em energia do escritório de advocacia L.O. Baptista-SVMFA, Guilherme Schmidt.

O presidente do Instituto Acende Brasil, Claudio Sales, afirma que fica do leilão uma lição. "Esse leilão foi uma demonstração clara de que, se feito direito, com um preço teto que não seja barreira para a entrada de participantes, há oferta", considera o analista. "O governo não fez leilão em 2012 [quando ocorreu a exposição involuntária] e em 2013 fez dois, com preços teto muito baixos, que não atraíram oferta suficiente. O fato do governo não ter feitos leilões atrativos antes custou ao consumidor brasileiro dezenas de bilhões de reais", critica.